

Deutsche
Sparkassen
Leasing do Brasil -
Banco Múltiplo S.A
(anteriormente denominada
Deutsche Sparkassen Leasing
do Brasil S.A. - Sociedade de
Arrendamento Mercantil)

**Demonstrações financeiras em
30 de Junho de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações da mutação do patrimônio líquido	10
Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Srs.Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S^{as} as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A., acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que inclui as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil e são consubstanciadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ação, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Durante o período de 2020 a Instituição continuou a apresentar desenvolvimento sólido em seu modelo de negócios, ilustrado através do aumento e diversificação significativos na carteira de arrendamento. A carteira apresentou montante de R\$ 337 milhões com 672 contratos ativos, ante R\$ 243 milhões e 444 contratos ativos no mesmo período de 2019.

A Instituição voltou a apurar resultado operacional positivo, encerrando o período com um lucro semestral de R\$ 1.478 mil e reservas de lucro no total R\$ 8.920 mil, fortalecendo também seu capital regulatório.

Principais indicadores para a data-base 30 de junho (em reais mil):

	2020	2019
Ativos Totais	395.946	272.607
Carteira de Crédito	337.624	243.063
Resultado do Semestre	1.478	2.812
Patrimônio Líquido	60.991	55.513
Índice de Basileia II	11,10%	17,93%

Remuneração de acionistas

Consoante estatuto social, caso sejam apurados lucros em cada exercício, a Instituição poderá distribuir 25% dos resultados, após efetuadas as deduções legais e a constituição das reservas legais, podendo ainda os dividendos não serem distribuídos, mas sim convertidos em eventual aumento de capital.

São Paulo, 28 de setembro de 2020.

A Diretoria

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. (anteriormente denominada Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil) (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Leasing a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de setembro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.340	11.881	Instrumentos financeiros passivos		292.831	248.617
Instrumentos financeiros ativos		345.731	295.969	Obrigações por empréstimos	10	283.927	233.428
Carteira de crédito		333.841	277.387	Outros passivos financeiros	11	8.904	15.189
Operações de arrendamento mercantil	5	337.624	279.430	Passivos fiscais	14b	39.318	8.776
Outros créditos com característica de concessão de crédito		-	27	Passivos tributários correntes		917	538
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	6	(3.783)	(2.070)	Obrigações fiscais diferidas		38.401	8.238
Outros ativos financeiros	7	11.890	18.582	Outros passivos	12	1.806	1.658
Ativos fiscais	14a	36.095	9.196	Patrimônio líquido	13	60.991	59.513
Ativos tributários correntes		1.068	958	Capital		52.071	52.071
Crédito tributário		35.027	8.238	Reservas de Lucro		8.920	7.442
Imobilizado de Uso	8	454	601				
Bens de uso próprio		1.611	1.611				
Depreciações acumuladas		(1.157)	(1.010)				
Outros ativos	9	1.326	917				
Total do ativo		<u>394.946</u>	<u>318.564</u>	Total do passivo		<u>394.946</u>	<u>318.564</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.

Demonstrações dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais, exceto o valor do lucro por ação)

	<u>Nota</u>	2020	2019
Receitas da intermediação financeira		43.051	11.847
Resultado de arrendamento mercantil	16a	43.014	11.655
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	16b	37	192
Despesas de intermediação financeira		(35.384)	(5.472)
Resultado de Captação		(35.384)	(5.472)
Resultado bruto da intermediação financeira		7.667	6.375
Provisões		(1.740)	(610)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	6	(1.740)	(610)
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.144)	(3.018)
Receita de prestação de serviços		3.459	1.120
Despesa com pessoal	16c	(3.510)	(3.383)
Outras despesas administrativas	16d	(2.232)	(2.323)
Despesas tributárias	16e	(1.418)	(857)
Outras despesas operacionais		(154)	(150)
Outras receitas operacionais	16f	2.711	2.575
Resultado operacional		4.783	2.747
Outras Receitas		69	65
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		4.852	2.812
Imposto de renda e contribuição social		(3.374)	-
Imposto de renda diferido	14c	(30.163)	(399)
Ativo fiscal diferido	14c	26.789	399
Lucro líquido do semestre		1.478	2.812
Número de ações	13	52.070.986	52.070.986
Lucro líquido por ação		0,02838	0,05400

DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes em 30 de junho de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>2.020</u>	<u>2.019</u>
Resultado líquido do período	1.478	2.812
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:	-	-
Resultado abrangente	<u>1.478</u>	<u>2.812</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro 2018	52.071	31	599	-	52.701
Lucro do exercício	-	-	-	2.812	2.812
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	141	-	(141)	-
Reserva de lucros	-	-	2.671	(2.671)	-
Saldos em 30 de junho de 2019	52.071	172	3.270	-	55.513
Saldos em 31 de dezembro 2019	52.071	372	7.070	-	59.513
Lucro do exercício	-	-	-	1.478	1.478
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	74	-	(74)	-
Reserva de lucros	-	-	1.404	(1.404)	-
Saldos em 30 de junho de 2020	52.071	446	8.474	-	60.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.852	2.812
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	1.740	610
Depreciação	147	146
Imposto de renda - valores diferidos	(30.163)	(399)
Crédito tributário	26.789	399
Lucro ajustado	3.365	3.568
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	(78.810)	(29.859)
Operações de crédito e arrendamento mercantil	(58.221)	(25.529)
Outros créditos com característica de concessão de crédito	27	-
Outros ativos financeiros	6.692	(3.386)
Outros ativos	(409)	(475)
Ativos tributários correntes	(26.899)	(469)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	24.405	(6.863)
Outros passivos financeiros	(6.285)	(6.842)
Outros passivos	148	(19)
Passivos tributários correntes	30.542	(2)
Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades operacionais	(51.040)	(33.154)
Atividades de investimento		
Aquisição de bens de uso	-	(89)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-	(89)
Atividades de financiamento		
Empréstimos	50.499	21.996
Caixa líquido utilizado das atividades de financiamento	50.499	21.996
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(541)	(11.247)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre/exercício	11.881	24.383
No fim do semestre/exercício	11.340	13.136
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(541)	(11.247)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. (“Banco” ou “Instituição”) – anteriormente denominada Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil) é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado, constituída em 24 de julho de 2015 e autorizada pelo BACEN em 06 de outubro de 2015 como uma Sociedade de Arrendamento Mercantil. Com o objetivo de ampliar o leque de produtos oferecidos a clientes e parceiros, a Instituição solicitou autorização para operar como banco múltiplo (carteiras de investimento e arrendamento mercantil), a qual foi concedida em 07 de maio de 2020.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen que incluem as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e são consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – SFN e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN somente quando por ele aprovadas.

Desta forma a instituição na elaboração das demonstrações financeiras adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN):

CPC 00 - R1 – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - Res. CMN nº 4.144 - 27/09/2012

CPC 01 - R1 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Res. CMN nº 3.566 - 29/05/2008

CPC 02 – R2 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Res. CMN nº 4.524 - 29/09/2016

CPC 03 - R2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Res. CMN nº 3.604 - 29/08/2008

CPC 05 - R1 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Res. CMN nº 4.636 - 22/02/2018

CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Res. CMN nº 4.007 - 25/08/2011

CPC 24 - Evento Subsequente - Res. CMN nº 3.973 - 26/05/2011

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Res. CMN nº 3.823 - 16/12/2009

CPC 27 – Ativo imobilizado - Res. CMN nº 4.535 - 24/11/2016

CPC 33 - Benefícios a Empregados - Res. CMN nº 4.424 - 25/06/2015 com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016

CPC 46 – Mensuração do valor justo – Res. CMN nº 4.748 – 29/08/2019

Com base na Res. CMN nº 4.720/2019 e Circ. BCB nº 3.959/2019, a instituição realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2020 atendendo aos requerimentos da regulamentação com destaque a:

Balanco Patrimonial:

- a) Apresentação dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura da segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas. Alteração da nomenclatura das provisões para créditos de liquidação duvidosa para provisões para perdas associadas ao risco de crédito;
- b) Adoção da nomenclatura e grupamento de itens patrimoniais, tais como: instrumentos financeiros ativos (incluindo a apresentação agrupada da carteira de arrendamento mercantil), instrumentos financeiros passivos e ativos e passivos fiscais.
- c) As operações de arrendamento mercantil passaram a ser apresentadas de forma agrupada dentro da carteira de crédito do grupo de instrumentos financeiros ativos conforme nota explicativa nº 5. Os saldos de anos anteriores foram ajustados seguindo os mesmos critérios de 30 de junho de 2020 de forma a permitir uma perfeita comparação.

Demonstração do Resultado

- a) Eliminação da nomenclatura de “Resultado não operacional”, bem como receitas e despesas não operacionais. Itens com essas características passaram a ser denominados “Outras Receitas” ou “Outras Despesas”.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2020, foram aprovadas pela administração em 25 de setembro de 2020.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, de acordo com as condições previstas em contrato, observando-se o critério pró-rata dia para aquelas de natureza financeira e incluindo efeitos de variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos indexados.

Não são apropriadas as receitas de arrendamento que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos. As referidas receitas serão reconhecidas quando do seu efetivo recebimento.

b. Outros ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos, e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “*pro rata die*” e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o preço de realização dos ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

c. Apresentação das Demonstrações do Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas pelo CPC 03, aprovadas pela resolução CMN 3.604/08.

d. Redução do valor recuperável de ativos não monetários

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em que forem observados. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

e. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

f. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços e, quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado.

g. Operações de arrendamento mercantil

Muito embora a apresentação das operações de arrendamento mercantil tenham sido alteradas pela adoção da Circ. BCB nº 3.959/2019, conforme descrito na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis permaneceram as mesmas. As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída exclusivamente por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

- **Arrendamentos a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

- **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/ insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN.
- **Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo de aquisição, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com o prazo do contrato, deduzido do valor residual garantido para as operações de arrendamento financeiro ou deduzido pelo prazo de vida útil estimada dos bens, para as operações de arrendamento operacional.
A depreciação do imobilizado de arrendamento é contabilizada no resultado de operações de arrendamento mercantil.
- **Superveniência e insuficiência de depreciação:** Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. Consequentemente, a Instituição reconheceu no resultado do 1º semestre de 2020 uma superveniência de depreciação líquida no valor de R\$ 20.534 (R\$ 1.594 em 2019). O saldo acumulado de superveniência de depreciação em 30 de junho de 2020 é de R\$ 53.486 (R\$ 32.952 em 31/12/2019). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante da vida útil do bem objeto do arrendamento.
- **Provisão para perdas associadas ao risco de crédito:**
A provisão para perdas associadas ao risco de crédito foi calculada em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo). A entidade adota metodologia interna para a atribuição do ratings iniciais dos clientes.

O Banco adota o registro de sua carteira de arrendamento mercantil conforme o acima determinado, entretanto, com o advento da Res. CMN nº 4.720/2019 e Circ. BCB nº 3.959/2019, decidiu apresentar todo o grupo de contas de forma agrupada numa única rubrica da carteira de crédito do grupo de instrumentos financeiros ativos.

h. Imobilizado de uso

Até dezembro de 2016, o imobilizado foi registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema de processamento de dados.

A partir de Janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. espera utilizar o ativo.

i. Obrigações por empréstimos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro-rata*” dia.

j. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002 e a Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do CMN, determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.
- A partir do primeiro semestre de 2017, a Instituição passou a constituir crédito tributário de imposto de renda (25%) sobre os prejuízos fiscais originados pela diferença temporária relativa ao saldo de superveniência de depreciação apresentado no final do período.
- A partir do primeiro semestre de 2020 a Instituição passou a constituir crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias, assim como os impostos diferidos sobre a exclusão do ajuste entre depreciação fiscal e contábil.

k. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e a valorização de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido as imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Vencimento		30/06/2020	31/12/2019
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses		
Disponibilidades				
Bancos conta movimento	11.340	-	11.340	4.677
Aplicações financeiras de liquidez				
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	-	-	-	7.204
Total de caixa e equivalentes de caixa	11.340	-	11.340	11.881

Valor relativo a aplicações interfinanceiras de liquidez prontamente resgatáveis junto a bancos locais, remuneradas a um percentual da variação CDI.

5 Carteira de arrendamento mercantil

O saldo dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado pela taxa interna de retorno de cada contrato e acrescidos das contraprestações faturadas e não pagas. Esses valores, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil, são registrados em diversas contas patrimoniais e apresentadas na linha “Operações de arrendamento mercantil” conforme requerimento da Circular 3.959. A seguir apresentamos o analítico das contas:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Arrendamento Financeiro	337.624	279.430
Arrendamentos a Receber	396.888	333.725
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(395.082)	(333.095)
Valores Residuais a Realizar	130.325	137.399
Valores Residuais a Balancear	(130.325)	(137.399)
Imobilizado de Arrendamento - Bens Arrendados	552.077	489.742
Imobilizado de Arrendamento - Depreciação Acumulada	(69.919)	(53.795)
Superveniência de Depreciação	53.486	32.952
Credores por Antecipação de VRG	(199.826)	(190.099)
Total da Carteira de Arrendamento	337.624	279.430

Descrição	30/06/2020			31/12/2019		
	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Máquinas e Equipamentos	309.808	(41.123)	268.685	271.537	(35.494)	236.043
Veículos	242.269	(28.796)	213.473	218.205	(18.301)	199.904
Superveniência de Depreciação	-	-	53.486	-	-	32.952
Total	552.077	(69.919)	535.644	489.742	(53.795)	468.899

A depreciação é calculada em função dos prazos dos contratos de arrendamento e baseada no valor residual estimado dos bens ao final dos contratos.

a. Composição da Carteira por Setor de Atividade:

Setor Privado	Parcelas Vencidas	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcelas a Vencer entre 3 e 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses	30/06/2020	31/12/2019
Indústria	1.170	34.494	53.361	106.738	195.763	166.936
Comércio	7	1.425	3.615	7.924	12.971	9.407
Serviços	2.119	35.176	26.603	64.992	128.890	103.087
Total	3.396	71.095	83.579	179.654	337.624	279.430

b. Concentração de Crédito

	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	71.317	22%	62.405	22%
20 Maiores Seguintes	68.925	20%	55.110	20%
Demais Devedores	197.382	58%	161.915	58%
Total	337.624	100%	279.430	100%

c. Composição da Carteira por tipo de equipamento

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Máquinas e equipamentos	207.792	164.068
Veículos e afins	129.832	115.362
Total	337.624	279.430

d. Composição da Carteira por moeda e indexador

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
Contratos em reais prefixados	231.270	69%	200.977	72%
Contratos em euros prefixados	101.071	30%	72.472	26%
Contratos em reais pós-fixados	5.283	1%	5.981	2%
Total	337.624	100%	279.430	100%

e. Operações renegociadas

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Saldo anterior	-	-
Contratações	30.858	-
(Recebimentos) e apropriação de juros	325	-
Saldo final	31.183	-

6 Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e outros créditos e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, como requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99, estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	% Provisão Requerida	Valor Presente da Carteira	30/06/2020 Valor da Provisão	Valor Presente da Carteira	31/12/2019 Valor da Provisão
AA	0,0%	168.567	-	133.986	-
A	0,5%	115.919	579	97.472	487
B	1,0%	16.480	164	39.808	398
C	3,0%	25.362	761	3.506	105
D	10,0%	7.862	786	4.006	401
E	30,0%	2.755	827	-	-
F	50,0%	27	14	-	-
G	70,0%	-	-	-	-
H	100,0%	652	652	652	652
Total		337.624	3.783	279.430	2.043

Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito duvidosa:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Saldo Inicial (31/12/2019 e 31/12/2018)	2.070	1.084
Constituição Líquida de provisão	1.740	959
Créditos baixados para prejuízo	(27)	-
Saldo Final	3.783	2.043
Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Outros créditos com característica de concessão de crédito		
Créditos com característica de concessão de crédito	-	27
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	-	(27)
Total	-	-

7 Outros ativos financeiros

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Adiantamentos relacionados a contratos de arrendamento mercantil (a)	11.890	18.582
Total	11.890	18.582
Curto Prazo	11.890	18.582
Longo Prazo	-	-

(a) (a) Adiantamentos a fornecedores por conta de contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.

8 Imobilizado de uso

Descrição	30/06/2020			31/12/2019		
	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Instalações	735	(638)	97	735	(565)	243
Móveis e Equipos	283	(126)	157	283	(112)	186
Equipos de Informática	304	(137)	167	304	(106)	228
Software	289	(256)	33	289	(227)	91
Total	1.611	(1.157)	454	1.611	(1.010)	601

9 Outros ativos

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Deutsche Leasing Finance GmbH – Comissões a Receber	568	-
Parcela de obrigações por empréstimos a Baixar	192	-
Locadora DL do Brasil – reembolso despesas compartilhadas	128	126
Venda de bens não de uso a receber	102	648
Antecipação do 13º salário	97	-
Deutsche Sparkassen Leasing Ag &Co KG - Serviços Prestados a Receber	87	86
Despesas Antecipadas	22	4
Outros	130	53
Total	1.326	917
Curto Prazo	1.326	917
Longo Prazo	-	-

10 Obrigações por empréstimos

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2020 Total	31/12/2019 Total
Empréstimos - No País (a)	14.796	44.388	125.343	184.527	161.059
Empréstimos - No Exterior (b)	8.819	26.456	64.125	99.400	72.369
Total	23.615	70.844	189.468	283.927	233.428

- (a) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 9,73% a.a. (9,99% a.a. em 31/12/2019) e vencimento final em maio de 2025 (novembro de 2024 em 31/12/2019). As captações indexadas ao CDI são acrescidas de uma taxa de juros prefixada. Essa taxa foi em média 1,47% a.a. (1,47% a.a. em 31/12/2019), e as operações possuem vencimento final em abril de 2024 (abril de 2024 em 31/12/2019).
- (b) Empréstimos captados, no exterior, em Euros, junto à Deutsche Leasing Funding B.V. à taxa de juros pré-fixados acrescidos de variação cambial e com vencimento final em fevereiro de 2026 (março de 2024 em 31/12/2019).

11 Outros passivos financeiros

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Fornecedores de Arrendamento Mercantil	4.209	10.874
Adiantamento de Clientes de Contratos de Arrendamento Mercantil	4.695	4.315
Total	8.904	15.189
Curto Prazo	8.904	15.189
Longo Prazo	-	-

12 Outros passivos

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Despesa com Pessoal	1.530	1.566
Serviços de terceiros	276	92
Total	1.806	1.658
Curto Prazo	1.806	1.658
Longo Prazo	-	-

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital Social está representado por 52.070.986 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, como segue:

Acionista	Participação %	Nro.ações	Valor integralizado
Deutsche Sparkassen Leasing Ag & Co Kg	95	49.467.436	49.467
Deutsche Objekt Leasing GmbH	5	2.603.550	2.604
Total	100	52.070.986	52.071

b. Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

O saldo das reservas estatutárias é oriundo de lucros após as destinações legais e será destinado preponderantemente para futuros aumentos de capital, ou ainda para compensação de prejuízos, consoante o que determina o parágrafo único do art.189 da Lei 6.404/76.

c. Dividendos

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o art.202 da Lei 6.404/76. Nos exercícios de 2019 e 2018 não houve distribuição de dividendos.

14 Tributos

a) Ativos Fiscais

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Impostos a compensar	1.068	958
Créditos Tributários (c)	35.027	8.238
Total	36.095	9.196
Curto Prazo	2.208	9.196
Longo Prazo	33.887	-

b) Passivos fiscais

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Provisão para Imposto de Renda Diferido (c)	38.401	8.238
Impostos e contribuições sobre salários	150	211
COFINS a Pagar	245	61
ISS a Pagar	482	256
Outros	40	10
Total	39.318	8.776
Curto Prazo	1.738	8.776
Longo Prazo	37.580	-

c) Imposto de renda e contribuição social

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os impostos correntes e diferidos da Instituição têm as seguintes bases de cálculo e montantes provisionados:

Corrente	2020		2019	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o Lucro	4.852	4.852	6.812	2.812
Exclusão da superveniência de depreciação	(20.534)	-	(8.940)	-
Ajuste da depreciação de bens arrendados	(11.581)	(11.581)	(28.223)	(28.223)
Outras adições temporárias	29	29	204	204
Outras adições não temporárias	43	43	100	100

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil
- Banco Múltiplo S.A.
(anteriormente denominada
Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A.
- Sociedade de Arrendamento Mercantil)
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2020

Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.740	1.740	959	959
Base de cálculo (prejuízo fiscal)	(25.451)	(4.917)	(29.088)	(20.148)

Nos últimos dois exercícios a Instituição não gerou lucros tributários, razão pela qual não apresenta provisão e despesas de impostos correntes, não sendo portanto afetada pela majoração da alíquota de contribuição social de 15% para 20% de 2019 para 2020.

A partir do primeiro semestre de 2020, a Instituição passou também a constituir crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisões para perdas associadas ao risco de crédito e demais provisões passivas. Os impostos diferidos sobre os ajustes da depreciação de bens arrendados também passou a ser provisionado a partir desse semestre. As movimentações podem ser observadas a seguir:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2020</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2019</u>
Créditos tributários					
Prejuízo fiscal originado pela superveniência	8.238	5.134	-	13.372	6.402
Provisões associadas ao risco de crédito	-	1.715	-	1.715	-
Prejuízos fiscais	-	10.758	-	10.758	-
Base negativa de Contribuição Social	-	8.619	-	8.619	-
Provisões passivas	-	563	-	563	-
Total	<u>8.238</u>	<u>26.789</u>	<u>-</u>	<u>35.027</u>	<u>6.402</u>
Obrigações fiscais diferidas					
Sobre superveniência	(8.238)	(5.134)	-	(13.372)	(6.402)
Sobre o ajuste da depreciação dos bens arrendados	-	(25.029)	-	(25.029)	-
Total	<u>(8.238)</u>	<u>(30.163)</u>	<u>-</u>	<u>(38.401)</u>	<u>(6.402)</u>

A expectativa de realização dos créditos tributários é suportada por um estudo técnico elaborado pela instituição e demonstrada seguir:

<u>Ano de realização</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2020	1.140	1.127
2021	1.553	1.519
2022	4.711	4.515
2023	5.919	5.554
2024	5.884	5.404
2025 a 2028	15.820	13.784
Total	<u>35.027</u>	<u>31.903</u>

15 Partes relacionadas

As partes relacionadas da Instituição podem ser assim consideradas: os administradores, a diretoria executiva e os membros do conselho de administração, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto social da Instituição, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo controlador.

Transações com partes relacionadas

As transações são sempre realizadas dentro de parâmetros de mercado e o resultado e o saldo de operações com parte relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN 4.636/2018, e apresentam a seguinte composição :

<u>Descrição</u>	<u>Ativos/(Passivos)</u>		<u>Receitas/(Despesas)</u>	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2019
Obrigações Por Empréstimo no Exterior				
Deutsche Leasing Funding B.V. (nota 11)	(99.400)	(72.369)	(28.288)	(4.233)
Outros Ativos				
Locadora DL do Brasil (nota 10)	128	126	777	646
Deutsche Sparkassen Leasing Ag &Co Kg	87	86	267	473
Deutsche Leasing Finance GmbH	568	-	2.952	1.016

a. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com remuneração dos administradores e gerência da Instituição totalizaram R\$ 1.167 em 2020 (R\$ 1.130 em 2019).

16 Composição das principais contas de resultado

a. Resultado de operações de arrendamento mercantil

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Arrendamento financeiro	43.042	11.705
Outras despesas de arrendamento	<u>(28)</u>	<u>(50)</u>
Total	43.014	11.655

b. Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Rendas com aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>37</u>	<u>192</u>
Total	37	192

c. Despesas com pessoal

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Salários	1.150	1.212
Bônus	1.233	1.031
Encargos trabalhistas	505	519
Férias e 13.o salário	250	262
Assistência Médica e Odontológica	228	234
Seleção e treinamento	11	19
Outras despesas de pessoal	<u>133</u>	<u>106</u>
Total	3.510	3.383

d. Outras Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Aluguéis e Condomínio	485	482
Manutenção e conservação predial	29	29
Processamento de dados	341	426
Serviços do sistema financeiro	147	116
Serviços de terceiros	99	127
Serviços técnicos especializados	566	618
Despesas de transportes	19	55
Despesas com publicações	38	38
Despesas com viagens	58	140
Despesas com telefonia	59	65
Manutenção e conservação de equipamentos	303	133
Contribuição entidade de classe	38	39
Outras despesas administrativas	50	55
Total	<u>2.232</u>	<u>2.323</u>

e. Despesas tributárias

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
ISS	962	419
PIS	64	61
COFINS	392	377
Total	1.418	857

f. Outras Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Ressarcimento de despesas	777	1.054
Descontos obtidos	743	716
Reversão de provisão de Bônus	819	651
Receita de multas contratuais	152	148
Outras	220	6
Total	2.711	2.575

17 Outras informações

- a. A Instituição não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019.
- b. Ativos e Passivos Contingentes - A Instituição não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável ou possível. Dessa forma não há provisão constituída para passivos contingentes no semestre findo em 30 de junho de 2020, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras.
- c. A administração da Instituição informa como evento subsequente o aumento de capital realizado pelos acionistas em 15 de julho de 2020 (participação societária proporcional mantida), e aprovado pelo Bacen em 27 de julho de 2020 no montante de R\$ 12.176.
- d. A Instituição está obrigada a manter requerimentos mínimos de capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, de maneira a manter a relação entre o patrimônio de referência (PR) e o montante de ativos ponderados pelo risco (RWA) igual ou superior a 8%. O índice de Basileia calculado para o semestre findo em 30 de junho de 2020 é de 11,10% para o índice básico e 10,59% para o índice amplo; em 31 de dezembro de 2019 os índices eram de 15,92% e 15,88% respectivamente.
- e. A administração de Instituição considera fundamental a avaliação dos riscos para a tomada de decisão, e para esse fim, conta com uma estrutura de gerenciamento de riscos constituída de acordo com sua natureza e grau de complexidade de seus negócios. As definições de limites e aprovações dos riscos assumidos são definidos em comitê com participação efetiva dos administradores. Outras práticas incluem a segregação de atividades entre as áreas de negócios e controles, bem como o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de novos produtos,

e a independência de informações dessas áreas com o processo a operacionalizar. Os principais riscos gerenciados são:

e.1) Riscos Operacionais: Conforme Resolução CMN 3.380/2006, a Instituição considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. A estrutura de controle de riscos operacionais visa identificar, avaliar, monitorar, testar e mitigar os riscos aos quais a Instituição possa estar exposta, através do comitê de riscos operacionais, atuando de forma corretiva e preventiva, evitando a ocorrência ou reincidência de falhas.

e.2) Riscos de Mercado: Trata-se das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da Instituição. A gestão de riscos de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação e são monitorados pela Tesouraria, sendo revistos em bases anuais.

e.2.1) Análise de sensibilidade: O banco, com o objetivo de verificar os efeitos em seu resultado diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado, realiza um teste de sensibilidade que utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas dos fatores de risco mais relevantes. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais, nos quais o fator de risco analisado sofreria um aumento de 50 ou 100 pontos base. Para as datas-base em questão os impactos seriam:

<u>Fator de risco</u>	<u>30/06/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	<u>+ 50 bps</u>	<u>+ 100 bps</u>	<u>+50 bps</u>	<u>+100 bps</u>
Taxa de juros em reais	(209)	(418)	(61)	(121)
Cupons de moeda estrangeira	22	45	7	15

e.2.2) Teste de estresse: Para a apuração do risco de mercado de taxas de juros, o Banco decidiu por usar os modelos padronizados pelo Banco Central do Brasil, uma vez que somente possui a carteira banking, optando por seguir o modelo RBAN padrão, de acordo com as regras definidas pela circular nº 3.365 para o teste de estresse, em especial o contido no Art 2º, item II. Com base nessa análise, o resultado (RBAN) demonstra o impacto no resultado e na alocação de capital referente às situações de estresse histórica definidos acima e demonstrados a seguir:

<u>Fator de risco</u>	<u>Capital alocável</u>	
	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Taxas de juros em reais	399	59
Cupom de moeda estrangeira	1.055	-

e.2.3) Valor justo dos instrumentos financeiros: O Banco não transaciona seus instrumentos financeiros ativos e passivos em mercados ativos, tendo sua operação baseada em uma estrutura de banking. Dessa forma, considera o valor contábil como a aproximação equivalente ao valor justo de seus instrumentos financeiros ativos (Carteira de crédito e outros ativos financeiros) e passivos (Obrigações por empréstimos e outros passivos financeiros).

e.3) Riscos de Liquidez: A Instituição monitora, controla e reporta possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que possam comprometer a solvência da Instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócios e para a administração, e suportam o planejamento de liquidez da Instituição. As principais variáveis utilizadas para a análise são: disponibilidade de caixa, níveis de caixa mínimo e projeção de fluxos de caixa.

e.4) Riscos de Crédito: De acordo com a Resolução 3.721/2009, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade do cumprimento de obrigações contratuais dos parceiros comerciais da Instituição, geradas por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, ou variações nos indicadores e moedas associadas às flutuações de mercado e seus impactos nas operações associadas. A administração monitora e controla a exposição ao risco de crédito de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito de forma a antecipar as perdas projetadas para a carteira da Instituição.

- f.** A Instituição não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações aos seus funcionários.
- g.** O Banco, seus clientes e parceiros foram afetados indistintamente pela pandemia causada pelo COVID-19 durante o primeiro semestre de 2020. O Banco conseguiu adaptar sua operação de forma a garantir a proteção de seus colaboradores e a continuidade dos negócios, operando basicamente de forma remota. Os impactos observados nos negócios foram as esperadas redução nos volumes de novos contratos e dificuldade por parte de alguns clientes em honrar os seus compromissos. Os reflexos dessa situação podem ser observados nas demonstrações financeiras através do aumento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e o surgimento de uma carteira de operações renegociadas, sem que isso no entanto se refletisse em perdas relevantes graças à rápida atuação da administração junto aos clientes e parceiros, visando identificar alternativas que possibilitassem o enfrentamento das dificuldades momentâneas.

* * *

Matheus Canhoto Gera
Diretor Presidente

Ubiratan Dantas Felizatto
Contador
CRC 1SP143431/O-3